

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU

Edital nº 45/2024

PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2024

(...) IV- Esclareceu-se, ademais, SER DESPROVIDA DE LEGALIDADE a exigência, pela Administração, de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Sendo Suficiente A Exigência Da Apresentação De Declaração Dos Próprios Licitantes De Que Cumprem As Exigências De Reserva De Cargos Para Pessoa Com Deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme expressamente previsto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.¹ (Grifos Nossos)

ALFA & OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 16.650.774/0001-06, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nos itens 8.7 e seguintes do Instrumento Convocatório apresentar, tempestivamente,

**CONTRARRAZÕES AOS
RECURSOS ADMINISTRATIVO**

Interposto pela licitante **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI**, tendo em vista as razões fáticas e/ou jurídicas a seguir aduzidas.

I – RESUMO DOS FATOS

A **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO** está promovendo Pregão Eletrônico, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo e Encarregado-Geral, conforme dispõe o item 1.1 do Edital, cuja redação é a seguinte:

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo e Encarregado-Geral, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências

¹ Trecho do Parecer nº 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU em anexo.

da Controladoria-Geral da União (CGU), nos imóveis atualmente ocupados ou naqueles que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília-DF, bem como nas Unidades Regionais localizadas nas capitais dos Estados do Amapá, Rio de Janeiro e Roraima, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após a fase de lances e desclassificação/inabilitação das 03 primeiras colocadas, a **RECORRIDA**, por ter apresentado o menor preço em favor da Administração Pública, foi convocada para apresentar sua proposta, o que foi realizado no tempo e modo oportunos, razão pela qual foi declarada vencedora do certame.

Contudo, a licitante **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI** interpôs Recurso Administrativo, cujo real escopo é, única e exclusivamente, tumultuar o certame, uma vez que as razões alinhadas na respectiva peça recursal está completamente desprovida de qualquer espécie de supedâneo fático e/ou jurídico, consoante passa a expor.

II – DOS MOTIVOS PARA O NÃO PROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

Em apertada síntese, a Licitante **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI** alega, em seu longo e repetitivo recurso, que a **RECORRIDA** deveria ser excluída do certame por descumprir o disposto no item 3.4.4 do Edital, cuja redação é a seguinte:

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Para fundamentar sua tese, a **RECORRENTE** colaciona certidão emitida no site do MTE, a qual atestaria que a **RECORRIDA** empregaria pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número inferior ao percentual previsto na legislação.

Data maxima venia, o recurso interposto beira a má-fé. Isso porque ele se baseia em um grande sofisma, cujo escopo é passar uma visão míope da situação concreta para este eminente Pregoeiro, tanto é assim que o **RECORRENTE omite** as reais previsões editalícias existentes em relação a tal exigência, assim como **o atual entendimento dos órgãos de controle e da jurisprudência acerca do tema**, consoante passa a expor.

Pois bem. De início, importante esclarecer que o item editalício mencionado pelo Recorrente, no bojo de suas razões recursais, obriga os licitantes, no ato do cadastramento de sua proposta no Sistema ComprasNet, **declararem que cumprem as exigências de reversa de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, **O QUE FOI REALIZADO PELA RECORRIDA**. A propósito, confira-se:

3.4. No cadastramento da proposta inicial, **O LICITANTE DECLARARÁ**, em campo próprio do sistema, que:

3.4.4. *cumpe as exigências de **RESERVA DE CARGOS** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Grifos Nossos)*

Distorcendo o Edital, a **RECORRENTE** alega que a **RECORRIDA** teria descumprido o item acima com base em certidão emitida pelo MTE. Contudo, **de maneira ardil**, a **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI** omite em suas razões recursais o atual entendimento da Advocacia Geral da União - AGU acerca da interpretação deste tipo de item editalício, além do próprio entendimento jurisprudencial já existente.

Isso porque o EDITAL exige uma declaração dos licitantes e não a juntada de documentos complementares (consulta ao site do MTE, por exemplo).

Dessa forma, **a declaração realizada pela RECORRIDA em sua proposta está em plena consonância com o disposto no Edital**, não sendo lícito ao Erário utilizar da certidão do MTE para a “conferência” de tal ato, ou seja, o raciocínio desenvolvido no Recurso Administrativo interposto **fere de morte um dos princípios basilares do processo licitatório, qual seja: o princípio da Vinculação ao Edital**, afinal o RECORRENTE pretende, na fase recursal, inserir exigências (certidão do MTE) **NÃO previstas no Edital**, o que é vedado pela legislação, consoante esclarece a jurisprudência, *in verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA - INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL - AUSÊNCIA DE NULIDADE DA SENTENÇA - PRELIMINAR AFASTADA - MÉRITO - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE EM RAZÃO DE IRREGULARIDADE IRRELEVANTE NO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA - IMPOSSIBILIDADE - RIGORISMO EXCESSIVO - **IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA NO EDITAL**. 1. Não padece de vício a sentença proferida sem que se tenha chamado a integrar a lide a empresa CAPITAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Referida empresa, em razão de ter vencido o certame de que tratam os autos, possui interesse numa solução favorável à impetrada, tendo em vista que, se assim não ocorrer, terá sua esfera jurídica diretamente atingida pelos efeitos da sentença. Entretanto, tal situação autoriza, quando requerido, o ingresso da mesma na qualidade de assistente litisconsorcial. 2. Não houve, por parte da empresa interessada requerimento de ingresso nessa qualidade, não se podendo considerar cumprida tal formalidade pela simples petição nos autos de inconformismo contra o deferimento da liminar. 3. Quanto ao preenchimento da "Planilha de Custos", restou incontroverso que a impetrante incluiu os "equipamentos" no item "uniformes", motivo pelo qual não há prejuízos à impetrada, tampouco há deslealdade com relação aos demais concorrentes. Esta se caracterizaria, ao meu ver, se fosse omitido do cômputo geral dos gastos, o que não ocorreu. Ademais, tal equívoco é plenamente justificável, tendo em vista a imprecisão do edital em definir como "uniformes e seus complementos" os mesmos itens que, em juízo, alega pertencer à categoria "equipamentos" (fl. 160). 4. **A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE FAZER EXIGÊNCIAS NÃO PREVISTAS NO EDITAL.** 5. Remessa oficial e apelação improvidas² (Grifos Nossos)

Nesse diapasão, não é demais lembrar que o princípio da vinculação ao Edital é de cumprimento obrigatório por todos os envolvidos, em especial, Erário e Licitantes, daí porque, no caso concreto, a exibição/exigência da certidão emitida pelo MTE é proibida.

Sobre o Princípio da Vinculação ao Edital, assim é o entendimento jurisprudencial, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. CONFIGURADA. 1. Como um dos **princípios regentes do procedimento licitatório, o princípio da vinculação ao edital, insculpido no artigo 3º e 41 da Lei nº 8.666/93, obriga não só os licitantes como também a Administração, que deve se pautar exclusivamente pelos critérios objetivos definidos no edital, se afigurando, pois, ilegítima a classificação da empresa vencedora, se ela não atendeu ao previsto no edital.** 2. Se a CCT 2017/2018 deixou de vigor após a publicação do edital e a Administração Pública não mais pretendia fazer valer essa exigência, cabia-lhe promover a alteração editalícia, nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93. **Assim agindo, o pregoeiro utilizou critérios para julgamento das propostas diversos daqueles**

² TRF-3 - AMS: 3871 SP 2000.61.06.003871-9, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LAZARANO NETO, Data de Julgamento: 08/10/2009, SEXTA TURMA

previstos no edital, em claro prejuízo dos concorrentes que elaboraram as suas propostas seguindo as diretrizes estabelecidas pelo certame³. (Grifos Nossos)

E ainda:

RECURSO DE APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – PREGÃO PRESENCIAL – DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA – DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA EDITALÍCIA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO LICITATÓRIO Ação mandamental impetrada visando a anular ato administrativo que desclassificou a impetrante do pregão presencial, em face da ausência de apresentação de Planilha Cronograma de Desembolso Financeiro exigido no edital, e, assim, impediu-a de adjudicar o objeto da licitação. O princípio da vinculação ao edital obriga as partes às regras editalícias em conformidade com a legislação pertinente. Sentença mantida. Recurso desprovido⁴ (Grifos Nossos)

E que não se argumente que a exigência editalícia em tela (necessidade de apresentação apenas de declaração e não da certidão emitida pelo MTE) teria algum vício de legalidade, **afinal tal preceito tem como base um profundo estudo jurídico realizado pelo principal Órgão Jurisdicional do País, qual seja: a Advocacia Geral da União.**

Trata-se do Parecer nº 00118/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU (doc. anexo), cuja ementa é a seguinte:

EMENTA:

I- Consulta submetida pela SGA/AGU a respeito de recurso interposto em face de ato de habilitação de empresa, concernente à exigência, na fase de habilitação, de declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

II- Preliminarmente, opina-se pelo não conhecimento do recurso, em razão de sua intempestividade, tendo em vista o disposto no art. 63, I, da Lei nº 9.784, de 1999, c/c art. 165, I, "c", e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

III- Considerando a invocação do princípio da autotutela pela recorrente e o pedido da SGA/AGU de esclarecimento de dúvidas jurídicas quanto aos fundamentos apresentados no recurso, fixou-se a interpretação da expressão "reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social," constante no art. 63, IV, da Lei nº

³ TRF-4 - AC: 50332856620184047000 PR 5033285-66.2018.4.04.7000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 05/06/2019, QUARTA TURMA

⁴ TJ-SP - AC: 10004517720208260302 SP 1000451-77.2020.8.26.0302, Relator: Nogueira Diefenthaler, Data de Julgamento: 09/03/2021, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 09/03/2021

14.133, de 2021, no sentido de que: a) a empresa deve destinar o percentual de cargos, previsto no art. 93 da Lei 8.213/91, às pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social; b) a eventual não ocupação de tais cargos destinados deve se dar exclusivamente por razões alheias à vontade da empresa; c) a empresa efetivamente deve estar empreendendo esforços para preencher o percentual legal de vagas.

IV- Esclareceu-se, ademais, ser desprovida de legalidade a exigência, pela Administração, de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sendo suficiente a exigência da apresentação de declaração dos próprios licitantes de que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme expressamente previsto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

V- Concluiu-se, no caso concreto, que, diante da comprovação feita nos autos, a declaração prestada pelo licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, não se caracteriza como declaração falsa, não incidindo a infração prevista no art. 155, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021. (Grifos Nossos)

Veja, ilustre Pregoeiro, o entendimento acima tem como fundamento o fato da certidão emitida pelo MTE **não** revelar a real situação de cada licitante, o qual pode temporariamente estar abaixo da cota, mas não revelar sua realidade; estar passando por dificuldades momentâneas de contratação; eventual erro ou *bug* do próprio MTE etc, daí porque o único documento exigível é a declaração.

E o parecer da AGU **não** é o único documento jurídico produzido em âmbito federal sobre o tema! A advocacia do Senado Federal, ao se deparar com a situação aqui descrita, chegou a mesma conclusão da AGU, o que corrobora que o procedimento adotado pela RECORRIDA neste certame está correto, não havendo motivos para sua exclusão do certame.

Em verdade, a advocacia do Senado Federal, por meio do Parecer 214/2024 – ADVOSF (doc. anexo), traz outros relevantes argumentos que justificam o motivo de somente poder ser exigido no certame, como documento de habilitação, a declaração do licitante que cumpre a cota, **jamaís podendo ser exigido a certidão do MTE.**

Dentre tais argumentos destaca-se a impossibilidade da empresa ser penalizada por não cumprir a cota para PCD, quando ela se esforça para realizar a contratação, mas não obtém êxito por motivos alheios à sua vontade, **daí porque a Lei 14.133 apenas exige a declaração de que possui cargos reservados para PCD, sendo**

seu efetivo preenchimento, matéria estranha à licitação. Com efeito, importante transcrever trecho do citado parecer, *in verbis*:

A obrigação criada pelo art. 93 da Lei nº 8.213/91 determina que a empresa “**está OBRIGADA a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos**”. Já a Lei nº 14.133/21, o edital e a declaração padrão do sistema Compras.gov.br utilizam o termo **RESERVA de cargos**. **A diferença de terminologia é sutil, mas é de extrema importância.**

A certidão apresentada pelo denunciante é emitida pela SIT/MTE e registra “que o empregador acima identificado emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991”. A certidão **NÃO** menciona a reserva de cargos, ela certifica sobre o seu efetivo preenchimento, como previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91. E não poderia ser diferente uma vez que o fundamento de existir da certidão é o §2º do referido artigo.

O cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91 é uma questão contenciosa que, rotineiramente, acaba na Justiça do Trabalho em razão das multas que são aplicadas pela fiscalização ou de ações movidas pelo MPT. E nos vários litígios o entendimento que se consolidou é que os empregadores não podem ser punidos se comprovam que possuem cargos reservados e fazem esforços razoáveis para o seu efetivo preenchimento. Cito como exemplo recente julgado do TST:

[...] Discute-se, no presente caso, a necessidade de efetivação do disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91 e as eventuais exceções ao seu cumprimento. A exigência prevista no referido dispositivo legal traduz obrigação ao empregador quanto ao cumprimento das cotas mínimas reservadas a empregados reabilitados ou com deficiência. Referido dispositivo consagra verdadeira ação afirmativa em benefício de pessoas que são excluídas do mercado de trabalho, muitas vezes sem condições de provar o seu potencial, a sua adaptabilidade e a possibilidade de convivência com a rotina da empresa. Embora esta Corte Superior já tenha se manifestado no sentido de não ser cabível a condenação da empresa pelo não preenchimento do percentual previsto em lei, quando demonstrado que empreendeu todos os esforços para a ocupação das vagas, mas deixou de cumprir por motivos alheios à sua vontade, tem-se que as alegações quanto às diversas dificuldades encontradas pelo empregador no atendimento do comando previsto em lei devem ser observadas com restrição, sob pena de esvaziarem o conteúdo do preceito normativo. [...] [TST, 7ª Turma, RR 1001046- 33.2017.5.02.0712, Relator Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em 10/05/23] [destaque]

Portanto, o que a lei de licitações exige está em linha com o entendimento jurisprudencial sobre a matéria. **O LICITANTE DEVE APENAS DECLARAR QUE POSSUI CARGOS RESERVADOS.** Seu efetivo preenchimento é questão estranha à licitação. De fato,

conforme o art. 11, I da Lei nº 10.593/022, a competência para a fiscalização é dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Diante de indícios de descumprimento da obrigação, o máximo que pode ser feito é a comunicação ao órgão competente para a tomada das medidas cabíveis. Se posteriormente for comprovada a inexistência das vagas reservadas o licitante poderá ser punido em razão da falsidade de sua declaração.

E É IMPORTANTE FRISAR QUE NÃO É COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO LICITANTE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91. Isso seria uma usurpação da competência legalmente atribuída aos Auditores-Fiscais do Trabalho da SIT/MTE.

(...)

Dessa forma, a certidão apresentada pelo denunciante não tem o condão de afetar o resultado da licitação. O máximo que ela permite é a comunicação às autoridades fiscalizadoras – e ainda isso parece desnecessário, uma vez que a certidão é emitida pelo próprio órgão fiscalizador, a SIT/MTE. Do mesmo modo, a documentação encaminhada pela empresa vencedora do certame não é passível de análise. Sua análise é competência do órgão fiscalizador. (Grifos Nossos)

Patente, portanto, que a **RECORRIDA** cumpriu o Edital, **apresentando todos os documentos que foram exigidos no Item de Habilitação** e deve ser mantida como vencedora do certame, sendo que caso, posteriormente, a declaração seja considerada documento equivocado, o que se admite apenas para efeitos de argumentação e por amor ao debate, a **RECORRIDA** responderá legalmente pelo seu ato, daí o motivo da declaração prestada ser mais que suficiente para a comprovação do requisito de habilitação em tela

Corroborando todo o raciocínio aqui exposto e os pareceres elaborados pela AGU e pela Advocacia do Senado Federal, encontra-se o mais moderno e abalizado entendimento jurisprudencial sobre o tema, conforme se verifica do seguinte julgado:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA NÃO CONHECIDA. PRELIMINARES DE PERDA DO OBJETO E ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADAS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. RECURSO INTERPOSTO PELO SEGUNDO COLOCADO. **ALEGAÇÃO DE NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS ARTS. 63, IV E 72, AMBOS DA LEI Nº 14.133/2021 E ART. 93 DA LEI 8.213/1991, PELO VENCEDOR DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO. EXIGÊNCIA DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. DECLARAÇÃO SUFICIENTE DA EMPRESA VENCEDORA ACERCA DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA ESPECÍFICA PARA FINS DE HABILITAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. AGRAVO**

INTERNO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...). 4. Mérito. No caso dos autos, como consignado, a Agravante pretende a suspensão dos efeitos do ato administrativo que habilitou e declarou a empresa PITANG vencedora do Processo de Contratação promovido pela SEFAZ-PE, e, por conseguinte, de todos os atos dele decorrentes, sob o argumento de que a empresa não atendeu ao disposto nos arts. 63, inciso IV e 72, inciso V, ambos da Lei 14.133/2021 e art. 93, da Lei 8.213/1991, pois a empresa PITANG não apresentou documentação que comprove a observância das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, exigências que teriam sido cumpridas pela DATAINFO. 5. (...). 6. Após cumpridas as fases do Processo de Contratação, foi vencedora a empresa que apresentou o melhor preço, a PITANG Consultoria e Sistemas S/A, sendo assinado o contrato e iniciada a sua execução. 7. **A Impetrante, ora Agravante, alega que a empresa vencedora não cumpriu os requisitos atinentes à reserva de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social. NO ENTANTO, HÁ NOS AUTOS DECLARAÇÃO FIRMADA PELA EMPRESA PITANG NO SENTIDO DE QUE AS REFERIDAS EXIGÊNCIAS FORAM CUMPRIDAS**. 8. Outrossim, na esteira da compreensão firmada pelo douto Magistrado a quo, “a lei **NÃO** faz exigência específica para fins de habilitação, seja através de documento público ou particular, extraída de banco de dados pública ou de comprovação efetiva contratação decorrentes das vagas reservadas”. 9. **O QUE A LEI EXIGE, IN CASU, É QUE SE DECLARE O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS, TENDO A EMPRESA VENCEDORA APRESENTADO A DECLARAÇÃO PERTINENTE**. 10. As ilações trazidas pela Agravante, sobre a suposta falsidade da declaração, precisariam ser devidamente comprovadas, o que não ocorreu na hipótese, já que as certidões do Ministério de Trabalho e Emprego colacionadas aos fôlios não são suficientes para elidir a declaração da empresa vencedora, que foi aceita pela Administração Pública, conforme Parecer da Procuradoria Consultiva da Procuradoria-Geral do Estado, constante dos autos de origem nas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora. 11. Dessa forma, como devidamente consignado pelo julgador singular, não se pode afirmar, inequivocamente, que a empresa vencedora foi habilitada em desconformidade com a lei. 12. Agravo de Instrumento desprovido, em consonância com o Parecer do Ministério Público, prejudicado o Agravo Interno⁵. (Grifos Nossos)

No voto condutor do aresto, cuja ementa se transcreveu acima, o eminente Desembargador Erik de Sousa Dantas traz valiosa lição sobre o tema, a qual corrobora a necessidade de manter a RECORRIDA como vencedora do certame e, por tal razão, deve ser transcrita, *in verbis*:

A Impetrante, ora Agravante, alega que a empresa vencedora não cumpriu os requisitos atinentes à reserva de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitadas

⁵ TJ-PE - Agravo de Instrumento: 00092495320248179000, Relator: ERIK DE SOUSA DANTAS SIMOES, Data de Julgamento: 24/07/2024, Gabinete do Des. Erik de Sousa Dantas Simões

da Previdência Social. **NO ENTANTO, HÁ NOS AUTOS DECLARAÇÃO FIRMADA PELA EMPRESA PITANG NO SENTIDO DE QUE AS REFERIDAS EXIGÊNCIAS FORAM CUMPRIDAS.** *Outrossim, na esteira da compreensão firmada pelo douto Magistrado a quo, “a lei não faz exigência específica para fins de habilitação, seja através de documento público ou particular, extraída de banco de dados pública ou de comprovação efetiva contratação decorrentes das vagas reservadas”. **O que a lei exige, in casu, é que se declare o cumprimento das exigências,** tendo a empresa vencedora apresentado a declaração pertinente (Grifos Nossos)*

Esclarecemos ainda que a RECORRIDA faz parte do Grupo Empresarial composto pelas empresas G&E Serviços Terceirizados e Alfa & Ômega Serviços Terceirizados, ambas geridas pela Delta Business and Investments S/A, conforme contratos sociais em anexos.

Dadas as explicações iniciais, informamos que o Grupo, visando não só o cumprimento da legislação, mas também pensando no papel social que tem perante a sociedade, se mantém diligentemente e atento as reservas de vagas para pessoas com deficiências e para reabilitados da Previdência Social e vem assim, empenhado esforços constantes para a contratação desses funcionários, fazendo a divulgação das vagas em suas redes sociais, bem como através de contato direto com o Ministério do Trabalho e Emprego que tem enviado candidatos, conforme comprovado através dos documentos em anexo. (Anexo I)

Diante de tal quadro, tem-se evidente a necessidade do Recurso Administrativo interposto pela **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI** ter seu provimento negado, pois está baseado em evidentes distorções, contrariando expressa disposição editalícia.

III – DOS PEDIDOS

Ante do exposto, não há dúvidas acerca da necessidade do recurso interposto ser rejeitado, mantendo-se o Recorrido como vencedor do certame.

Nestes termos,
pede deferimento.

Brasília/DF, 24 de janeiro de 2025.

ALFA & OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Edna de Menezes Gonçalves
Gerente Comercial- Procuradora